

Carta Aberta aos Candidatos a cargos eletivos

O FUTURO DO BRASIL, O MEIO AMBIENTE E A ELEIÇÃO DE 2018

O cenário no qual as eleições majoritárias de 2018 acontecem no Brasil é bastante crítico para a gestão ambiental e para as políticas públicas que cuidam de nossa natureza, desenhadas nas últimas décadas.

Graças à Constituição Federal de 1988, a sociedade brasileira estabeleceu um capítulo fundamental para a defesa da vida, presente no artigo 225, que diz em essência:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Desde então, o Estado brasileiro constituiu muitos mecanismos de proteção ambiental que garantem o ordenamento do uso do solo em áreas rurais e urbanas, um sistema amplo de áreas protegidas, a Lei da Mata Atlântica, a proteção dos rios e nascentes, a conservação da biodiversidade, a gestão de produtos tóxicos, o licenciamento de atividades de potencial poluidor e muitos mecanismos que promovem a natureza e o seu uso sustentável.

Nem todos os dispositivos definidos no artigo 225 foram implementados, e muitas das legislações que sustentaram a política ambiental nesse período foram flexibilizadas de modo prejudicial ao meio ambiente, a exemplo do Código Florestal, mas vemos que a união, os estados e municípios constituem, hoje, aquilo que chamamos Sistema Nacional de Meio Ambiente, que lidam com o planejamento urbano, atividades minerais, industriais, agricultura e também ecossistemas florestais, savanas, campos e áreas úmidas que integram os biomas brasileiros (Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal Matogrossense e Pampa).

O orçamento aprovado para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e seus órgãos vinculados em 2018 – como o IBAMA, o Serviço Florestal Brasileiro, o Instituto Chico Mendes, a Agência Nacional das Águas, o Fundo Nacional de Meio Ambiente e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sofreu uma redução de 12% em relação ao ano anterior. O corte orçamentário agravou a situação de uma área do Estado brasileiro que já enfrenta enormes desafios, fragilidades e pressões políticas que visam a redução de áreas protegidas, flexibilização de licenciamento, liberação da caça de animais silvestres, entre outras propostas que tramitam no legislativo e que podem afetar o que a sociedade mais estima no Brasil, além da cultura - a nossa natureza, representada pelo verde de nossa bandeira.

A fragilidade das estruturas de meio ambiente, imposta nos últimos anos, também se reflete no esvaziamento dos espaços institucionais de participação cidadã, como o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), a Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), entre outros.

É imperativo que a nova gestão federal enfrente esse quadro com mais atenção e recursos, priorizando uma agenda socioambiental que assegure ao país a liderança

natural na agenda de conservação e uso sustentável da natureza e de enfrentamento das mudanças climáticas, à altura de sua posição de país mais biodiverso do planeta.

Causa enorme preocupação o fato de a maioria dos candidatos descreverem superficialmente sobre como vão lidar com o meio ambiente. Como agravo, determinado candidato, propôs irresponsavelmente extinguir o Ministério do Meio Ambiente, subordinando-o ao Ministério da Agricultura, para agradar interesses menores de parte do setor rural do país.

E, considerando que:

O cumprimento da legislação ambiental, no que se refere a proteção do Patrimônio Natural brasileiro, representa uma demanda imprescindível para a garantia da qualidade de vida da população brasileira, urbana e rural, da manutenção de condições para atividades agropecuárias e para os demais setores da economia.

A disponibilidade de ampla gama de serviços ecossistêmicos e a atenção sobre nossas áreas naturais como um ativo excepcional para atividades de turismo são um vetor econômico de enorme representatividade, somando-se aos demais objetivos que a agenda de conservação do meio ambiente encerra.

REQUEREMOS aos candidatos à Presidência da República e aos futuros parlamentares o compromisso mínimo, constitucional, com a democracia e a seguinte **Agenda**:

1. Garantir a autonomia do Ministério do Meio Ambiente, evitando toda e qualquer possibilidade de fusão, seja com o Ministério da Agricultura, seja com outra pasta, pelas competências e atributos específicos que essa área requer;
2. Fortalecimento das Políticas Públicas de gestão do meio ambiente, incluindo o licenciamento ambiental de projetos de infraestrutura mediante critérios técnicos, com qualidade e rigor científico;
3. Manutenção e fortalecimento de políticas públicas de garantia de espaços especialmente protegidos, seja para a conservação da biodiversidade, seja para os territórios indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais;
4. O cumprimento dos acordos internacionais assumidos pelo Brasil relacionados à sociobiodiversidade, à sustentabilidade e à pauta climática, como a conservação e a restauração de florestas, conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos e o aperfeiçoamento da nossa matriz energética;
5. Proteger a fauna e a flora, evitando a extinção de espécies ou submeter os animais à crueldade, especialmente evitando a caça de animais silvestres, salvo em situações excepcionais já previstas na legislação.
6. Seguir investindo na melhoria das instituições que promovem o meio ambiente no Brasil, em todas as instâncias da federação, promovendo a cultura, a economia e a sociedade sustentável em todas as esferas e setores, no âmbito da agricultura, a energia, mineração, indústria e o desenvolvimento rural e urbano, dentre outros.

O futuro do Brasil, como sabemos, depende do cuidado da sociedade e do Estado com as nossas florestas e rios, com a nossa paisagem e megabiodiversidade, a gestão

ambiental efetiva de regiões industriais e a conservação dos recursos da nossa costa e do bioma marinho, e isso se faz com responsabilidade institucional e competência técnica.

Assinam:

REDES

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS)

Rede Ambiental do Piauí-REAPI

Rede Cerrado

Rede de Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica o RMA

Rede Mosaicos de Áreas Protegidas – REMAP

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA

INSTITUIÇÕES

APROMAC - Associação de Proteção ao Meio Ambiente

Aquasis-Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos

ASPOAN - Associação Potiguar Amigos da Natureza

Associação Civil Alternativa Terrazul

Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta-ACIA

Associação de Portadores de Deficiência Física e Doenças Crônicas dos Municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes

Associação Defensores da Terra

Associação dos Criadores de Abelhas Nativas e Exóticas do Médio Paraíba, Sul, Centro-Sul e Baixada Fluminense

Associação Ecológica Força Verde

Associação em Defesa do Rio Paraná, Afluentes e Mata Ciliar-APOENA

Associação Flora Brasil

Associação MarBrasil

Associação Mico-Leão-Dourado-AMLD

Associação Mineira de Defesa do Ambiente – AMDA

Associação para a Conservação das Aves do Brasil - SAVE Brasil

Associação para a Gestão Sócio-Ambiental do Triângulo Mineiro-ANGÁ

Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia-Terra Viva

Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu - CEASB

Cineclube Socioambiental “EM PROL DA VIDA”

Comissão Ilha Ativa-CIA

Crescente Fértil-Projetos Ambientais, Culturais e de Comunicação

Grupo Ambientalista da Bahia-GAMBÁ

Grupo de Desenvolvimento Humano e Ambiental Instituto Goiamum

Grupo de Estudos em Educação e Meio Ambiente

Grupo Pau-Campeche – GPC

IGRÉ Associação Socio-ambientalista

ING-Instituto Os Guardiões da Natureza

Iniciativa Verde The Green Initiative

Instituto Ambiental Conservacionista 5º Elemento

Instituto Centro de Vida – ICV

Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica

Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS

Instituto Ecoar para a Cidadania

Instituto Floresta Viva

Instituto Mira-Serra
IPÊ-Instituto de Pesquisas Ecológicas
ITPA – Instituto Terra de Preservação Ambiental
Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais da UFMG – LAGESA
Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais
MOVE-Movimento Verde
Núcleo Sócio Ambiental Araçá-piranga
Projeto Saúde e Alegria
Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro
Rede de Educadores Ambientais da Baixada de Jacarepaguá
Reserva Ecológica de Guapiaçu - REGUA
Sociedade Angrense de Proteção Ecológica - SAPÊ
Sociedade Nordestina de Ecologia-SNE
TOXISPHERA – Associação de Saúde Ambiental
Out/2018.